

# Sumário

<i>Prefácio</i> .....	35
<i>Nota à 7ª edição</i> .....	39
1. Abuso de Autoridade – Lei n. 4.898/65 .....	41
1. Direito de representação .....	41
2. Abuso de autoridade .....	42
3. Autoridade para efeitos da lei .....	44
4. Sanções .....	44
4.1. Sanções administrativas .....	45
4.2. Sanções civis .....	45
4.3. Sanções penais .....	45
4.4. Pena autônoma ou acessória .....	45
5. Inquérito administrativo .....	45
6. Ação penal – Juizado Especial Criminal .....	46
7. Defesa preliminar do funcionário público .....	48
8. Competência .....	48
2. Agrotóxicos – Lei n. 7.802/89 .....	49
1. Noções gerais .....	49
2. Dos crimes e das penas .....	50
3. Apresentação e Uso de Documentos de Identificação Pessoal – Lei n. 5.553/68 ...	52
4. Arguição de Inelegibilidade – Lei Complementar n. 64/90 .....	55
1. Noções gerais .....	55
2. Crime em espécie .....	55
5. Biossegurança .....	57
1. Introdução .....	57
2. Terminologia legal .....	57
3. Responsabilidade civil e administrativa .....	59
4. Dos crimes e das penas .....	59
6. Código de Trânsito Brasileiro – Lei n. 9.503/97 .....	64
1. Normas gerais do Código Penal aplicáveis aos crimes de trânsito .....	64

1.1. Dolo .....	64
1.1.1. Crime doloso.....	64
1.1.2. Conceito de dolo .....	64
1.1.3. Teorias sobre o dolo.....	64
1.1.4. Teoria adotada pelo Brasil.....	64
1.1.5. Espécies de dolo .....	65
1.2. Crime culposos .....	65
1.2.1. Cuidado objetivo .....	65
1.2.2. Previsibilidade.....	66
1.2.3. Elementos do fato típico culposos .....	66
1.2.4. Imprudência, negligência e imperícia .....	66
1.2.5. Espécies de culpa .....	66
1.2.6. Excepcionalidade do crime culposos .....	67
1.2.7. Outras questões referentes à culpa .....	67
2. Aplicação da Lei n. 9.099/95 aos crimes de trânsito .....	67
3. Suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor .....	69
3.1. Pena principal, isolada ou cumulada.....	69
3.2. Prazo de duração.....	69
3.3. Entrega do documento à autoridade judiciária .....	69
3.4. Início da penalidade .....	69
3.5. Medida cautelar .....	69
3.6. Comunicação da penalidade .....	69
3.7. Reincidência em crime de trânsito .....	70
4. Multa reparatória.....	70
5. Circunstâncias agravantes .....	70
6. Prisão em flagrante em crimes de trânsito .....	70
7. Crimes em espécie .....	71
7.1. Homicídio culposos .....	71
7.2. Lesão corporal culposa.....	72
7.3. Omissão de socorro .....	74
7.4. Fuga do local do acidente.....	74
7.5. Embriaguez ao volante.....	75
7.6. Violação de suspensão ou proibição de se obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor .....	76

7.7. Participação em competição não autorizada – “racha” .....	76
7.8. Direção sem habilitação .....	77
7.9. Entrega da direção de veículo automotor a pessoa não autorizada .....	78
7.10. Tráfego em velocidade incompatível com a segurança .....	79
7.11. Fraude processual .....	79
7. Criança e Adolescente – Lei n. 8.069/90 .....	81
1. Os direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal. Teoria da proteção integral .....	81
2. O Estatuto da Criança e do Adolescente: concepção, estrutura e princípios. Direitos fundamentais .....	83
3. Política de atendimento .....	84
4. Medidas de proteção. Medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis .....	84
5. Ato infracional (direito material) .....	84
6. Crimes e infrações administrativas .....	85
6.1. Legislação .....	85
6.2. Colocação do assunto no ECA .....	85
6.3. Crimes no ECA .....	85
6.4. Disposições gerais .....	85
6.5. Competência em relação aos crimes contra a criança e o adolescente .....	85
6.5.1. Justiça Estadual e Justiça Federal .....	86
6.6. Os crimes em espécie do ECA .....	86
6.6.1. Crimes relacionados a hospitais e centros de saúde (arts. 228 e 229) .....	86
6.6.2. Crimes relacionados a atos infracionais (arts. 230 a 235) .....	86
6.6.3. Crimes relacionados à atuação da autoridade judiciária, membro do Ministério Público e membro do Conselho Tutelar (art. 236) .....	86
6.6.4. Crimes relacionados a colocação irregular em família substituta (arts. 238 e 239) .....	86
6.6.5. Crimes relacionados a pornografia, sexo explícito ou exploração sexual e corrupção (arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C, 241-D, 241-E, 244-A e 244-B) .....	86
6.7. Infrações administrativas .....	87
7. Análise dos crimes em espécie .....	87
7.1. Omissão do registro de atividades ou do fornecimento da declaração de nascimento .....	87
7.2. Omissão de identificação do neonato e da parturiente ou de exames necessários .....	87

7.3. Privação de liberdade da criança ou do adolescente, fora dos casos permitidos ou sem observância das formalidades legais .....	88
7.4. Omissão da comunicação de apreensão de criança ou de adolescente .....	88
7.5. Submissão de criança ou adolescente a vexame ou a constrangimento .....	88
7.6. Submissão da criança ou do adolescente a tortura (art. 233).....	89
7.7. Omissão da imediata liberação de criança ou adolescente, em face da ilegalidade da apreensão .....	89
7.8. Descumprimento injustificado de prazo fixado em lei .....	89
7.9. Impedimento ou embaraço da ação de autoridade .....	90
7.10. Subtração de criança ou adolescente .....	90
7.11. Promessa ou entrega de filho ou pupilo.....	91
7.12. Envio ilícito ou para fins lucrativos de criança ou adolescente para o exterior.	91
7.13. Utilização de criança ou adolescente em cena pornográfica ou de sexo explícito	92
7.14. Fotografia, vídeo ou registro de cena de sexo explícito ou pornográfica.....	93
7.15. Transação de fotografia, vídeo ou outro registro de cena de sexo explícito ou pornográfica .....	93
7.16. Aquisição, posse ou armazenamento de fotografia, vídeo ou registro de cena de sexo explícito ou pornográfica .....	94
7.17. Simulação de participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica.....	95
7.18. Aliciamento, assédio, instigação ou constrangimento para a prática de ato libidinoso.....	96
7.19. Cena de sexo explícito ou pornográfica .....	96
7.20. Venda, fornecimento ou entrega de arma, munição ou explosivo a criança ou adolescente .....	96
7.21. Venda, fornecimento ou entrega, sem justa causa, a criança ou adolescente de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica .	97
7.22. Venda, fornecimento ou entrega de fogos de estampido ou de artifício a criança ou adolescente .....	97
7.23. Submissão de criança ou adolescente à prostituição e à exploração sexual ..	98
7.24. Corrupção de criança ou adolescente .....	98
8. A proteção da criança e do adolescente em juízo: individual e coletiva .....	102
8. Crime da Lei de Alimentos – Lei n. 5.478/68 .....	103
1. Introdução .....	103
2. Crime em espécie .....	103

9. Crime Organizado - Lei n. 9.034/95 .....	105
1. Conceito de crime organizado .....	105
1.1. Organizações criminosas .....	105
1.2. A Convenção de Palermo .....	106
1.3. Crime organizado e contravenção penal .....	106
1.4. Crime organizado por natureza e crime organizado por extensão .....	107
2. Procedimentos de investigação e formação de provas .....	107
2.1. Infiltração sem autorização judicial .....	107
2.2. Ação controlada .....	108
2.2.1. Ação controlada e entrega vigiada .....	108
2.3. Acesso a dados, documentos e informações .....	109
2.4. Captação e interceptação ambiental .....	110
2.5. Infiltração com autorização judicial .....	111
3. Preservação do sigilo constitucional .....	112
3.1. Restrições ao princípio da publicidade .....	113
4. Especialização de órgãos no combate ao crime organizado .....	113
5. Identificação criminal .....	114
6. Delação premiada .....	115
7. Liberdade provisória .....	116
8. Prazo para encerramento da instrução criminal .....	117
9. Apelo em liberdade .....	118
10. Progressão de regime .....	118
11. Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal .....	119
10. Crimes contra a Ordem Econômica - Lei n. 8.176/91 .....	120
11. Crimes de Preconceito de Raça e Cor - Lei n. 7.716/89 .....	125
1. Noções gerais .....	125
1.1. Racismo, discriminação e preconceito racial .....	125
1.2. Raça, cor, etnia, religião e procedência nacional .....	125
1.3. Injúria por preconceito .....	126
1.4. “Lei Afonso Arinos” .....	126
2. Dos crimes e das penas .....	127
12. Crimes de Responsabilidade dos Prefeitos - Decreto-Lei n. 201/67 .....	134
1. Dos crimes em espécie .....	134
2. Das penas .....	134

3. Da ação penal .....	135
4. Do processo .....	135
4.1. Defesa preliminar .....	135
4.2. Prisão preventiva e afastamento do exercício do cargo .....	135
5. Do inquérito policial .....	135
6. Do foro competente para a ação penal .....	136
7. Crimes cometidos antes e após o exercício do cargo .....	136
8. Crimes cometidos no exercício do cargo e término do mandato .....	136
9. Continência e conexão .....	136
10. Do julgamento e recurso .....	137
11. Dos efeitos da condenação .....	137
12. Da situação do ex-prefeito .....	137
<b>13. Crimes Falimentares – Lei n. 11,101/2005 .....</b>	<b>138</b>
1. Noção de crime falimentar .....	138
2. Eficácia da lei penal no tempo e os novos crimes falimentares .....	139
3. Crimes de dano ou de perigo .....	140
4. Classificação dos crimes falimentares .....	140
4.1. Quanto ao sujeito ativo .....	140
4.1.1. Crimes próprios .....	140
4.1.2. Crimes impróprios .....	140
4.1.3. Concurso de agentes .....	141
4.2. Quanto ao momento da execução .....	141
4.2.1. Crimes antefalimentares .....	141
4.2.2. Crimes pós-falimentares .....	141
5. Crimes concursais .....	141
6. Objeto jurídico dos crimes falimentares .....	142
7. Objeto material dos crimes falimentares .....	142
8. Unidade do crime falimentar .....	142
9. Condição objetiva de punibilidade dos crimes falimentares .....	143
10. Dos crimes falimentares em espécie .....	143
10.1. Fraude a credores .....	143
10.2. Violação de sigilo empresarial .....	147
10.3. Divulgação de informações falsas .....	148
10.4. Indução a erro .....	149

10.5. Favorecimento de credores .....	150
10.6. Desvio, ocultação ou apropriação de bens.....	151
10.7. Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens.....	152
10.8. Habilitação ilegal de crédito .....	153
10.9. Exercício ilegal de atividade .....	154
10.10. Violação de impedimento .....	155
10.11. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios.....	156
11. Efeitos da condenação .....	157
12. Prescrição dos crimes falimentares .....	158
13. Procedimento do crime falimentar .....	158
13.1. Competência do juiz criminal .....	158
13.2. Ação penal .....	159
13.3. Procedimento judicial.....	160
13.4. Juizado Especial Criminal e os crimes falimentares.....	161
14. Crimes Hediondos – Lei n. 8.072/90 .....	162
1. Noção de crime hediondo .....	162
2. Anistia, graça e indulto .....	163
3. Fiança e liberdade provisória .....	163
4. Fiança e liberdade provisória em tráfico de drogas .....	166
5. Regime integralmente fechado .....	167
6. Suspensão condicional da pena em crimes hediondos.....	168
7. Penas restritivas de direitos em crimes hediondos.....	168
8. Recolhimento à prisão para apelar .....	171
9. Prisão temporária em crimes hediondos .....	172
10. Estabelecimento prisional de segurança máxima .....	172
11. Livramento condicional em crimes hediondos.....	172
12. Bando ou quadrilha para a prática de crimes hediondos.....	173
13. Delação premiada .....	173
14. Causas especiais de aumento de pena.....	174
15. Contagem em dobro dos prazos procedimentais .....	175
15. Desarmamento – Lei n. 10.826/2003.....	176
1. A descriminalização do uso de arma de brinquedo .....	176
2. Crimes em espécie .....	177
2.1. Posse irregular de arma de fogo de uso permitido.....	177

2.2. Omissão de cautela .....	177
2.3. Porte de arma de fogo de uso permitido .....	178
2.3.1. Porte ilegal de arma e outros crimes.....	180
2.3.2. Crime inafiançável .....	180
2.4. Disparo de arma de fogo .....	181
2.4.1. Crime inafiançável .....	182
2.5. Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito .....	182
2.6. Supressão ou alteração de marca, numeração ou sinal de identificação de arma de fogo ou artefato .....	183
2.7. Modificação das características da arma de fogo.....	184
2.8. Posse, detenção, fabricação ou emprego de artefato explosivo ou incendiário.	184
2.9. Porte de arma de fogo de numeração raspada .....	185
2.10. Venda, entrega ou fornecimento de arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente .....	185
2.10.1. Revogação do art. 242 do ECA.....	186
2.11. Produção, recarga, reciclagem ou adulteração de munição ou explosivo ....	186
2.12. Comércio ilegal de arma de fogo .....	186
2.13. Tráfico internacional de arma de fogo .....	187
2.14. Causas especiais de aumento de pena .....	188
2.15. Fiança e liberdade provisória .....	188
<b>16. Drogas – Lei n. 11.343/2006 .....</b>	<b>190</b>
1. Noções gerais .....	190
1.1. Estrutura da Lei n. 11.343/2006 .....	190
1.2. Do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD .....	190
1.3. Nova terminologia para substâncias entorpecentes .....	190
1.4. Terminologia da Organização Mundial da Saúde (OMS).....	191
1.5. Classificação do uso de drogas segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) .....	192
1.6. Tratamento da toxicomania .....	193
1.7. Prevenção do uso de drogas.....	193
1.7.1. Tipos de intervenção preventiva .....	193
1.8. Substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica .	194
1.8.1. Cocaína.....	194
1.8.2. Maconha .....	195
1.8.3. Colas, solventes e aerossóis .....	196



1.8.4. Ansiolíticos e hipnóticos .....	197
1.8.5. Opioides e outros analgésicos narcóticos.....	199
1.8.6. Anfetaminas e medicamentos anorexígenos .....	204
1.8.7. Medicamentos anticolinérgicos .....	204
1.8.8. Substâncias alucinógenas .....	204
2. Dos crimes e das penas .....	205
2.1. Posse para consumo pessoal.....	205
2.1.1. Posse conjunta e compartilhamento da droga .....	209
2.1.2. Quantidade ínfima de tóxico .....	209
2.1.3. A conduta “fumar” e o uso pretérito da droga .....	211
2.1.4. Plantação para consumo pessoal .....	211
2.1.5. Posse de sementes .....	212
2.1.6. As novas modalidades de sanção penal .....	212
2.1.7. Caracterização da destinação da droga para consumo pessoal .....	213
2.1.8. Prazo máximo de duração das penas .....	214
2.1.9. Prescrição das penas .....	214
2.1.10. Juizado Especial Criminal .....	215
2.1.11. Prisão em flagrante.....	215
2.2. Tráfico de drogas.....	215
2.2.1. Matéria-prima.....	217
2.2.2. Sementeação e cultivo .....	218
2.2.3. Instigação, induzimento ou auxílio ao uso.....	219
2.2.4. Utilização de local .....	220
2.2.5. Contribuição para o incentivo ou difusão de uso.....	220
2.2.6. Oferecimento de droga para consumo conjunto (tráfico privilegiado)	220
2.2.7. Causa de diminuição de pena .....	221
2.2.8. Quantidade de droga e tráfico.....	223
2.2.9. Traficante e viciado.....	224
2.2.10. Flagrante preparado e crime impossível .....	224
2.2.11. Erro de proibição .....	225
2.2.12. Penas restritivas de direitos .....	226
2.2.13. Crime assemelhado a hediondo .....	226
2.2.14. Apelação em liberdade .....	228
2.2.15. Tráfico internacional e competência .....	229

2.2.16. Lança-perfume .....	229
2.3. Aparelhagem para a produção de substância entorpecente .....	230
2.4. Associação para o tráfico .....	231
2.4.1. Associação para o financiamento ou custeio do tráfico.....	232
2.4.2. Associação para o tráfico e bando ou quadrilha .....	232
2.4.3. Associação para o tráfico e tráfico ilícito de drogas .....	233
2.4.4. Associação para o tráfico e crime hediondo.....	233
2.5. Financiamento ou custeio do tráfico de drogas .....	233
2.6. Colaboração ao tráfico .....	234
2.7. Prescrição culposa .....	235
2.8. Condução de embarcação ou aeronave após o consumo de drogas.....	236
2.9. Causas especiais de aumento de pena .....	237
2.9.1. Delito transnacional.....	239
2.9.2. Agente que se prevalece da função pública.....	239
2.9.3. Crimes da Lei de Drogas e estabelecimentos de ensino, hospitalares, prisões etc. ....	239
2.9.4. Crime praticado mediante violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo ou processo de intimidação .....	239
2.9.5. Tráfico interestadual .....	240
2.9.6. Crime envolvendo ou visando a criança, adolescente ou pessoa com capacidade diminuída ou suprimida .....	240
2.9.7. Financiamento ou custeio da prática do crime .....	240
2.10. Colaboração voluntária .....	240
2.11. Circunstâncias preponderantes .....	241
2.12. Fixação da pena de multa .....	241
2.13. Fiança, <i>sursis</i> , graça, indulto, anistia, liberdade provisória e penas restritivas de direitos .....	242
2.14. Dependência e inimizabilidade.....	244
2.14.1. Conceito de dependência .....	244
2.14.2. Viciado e dependente .....	244
2.14.3. Medida de segurança.....	245
2.14.4. Aplicação da isenção de pena a outros delitos .....	245
2.14.5. Incidente de dependência toxicológica .....	245
2.15. Semi-imputabilidade .....	246
3. Do procedimento criminal.....	246

3.1. Procedimento em caso de posse para consumo pessoal .....	246
3.2. Procedimento em caso de tráfico de drogas.....	247
3.3. Busca e apreensão domiciliar .....	250
3.4. Busca pessoal .....	250
3.5. Busca em veículo.....	250
3.6. Flagrante preparado e crime impossível .....	251
3.7. Proteção a colaboradores e testemunhas.....	252
3.8. Infiltração policial e entrega vigiada .....	252
3.8.1. Infiltração .....	252
3.8.2. Entrega vigiada.....	253
3.9. Regime fechado e tráfico de drogas .....	255
3.10. Prisão temporária e tráfico de drogas .....	255
3.11. Laudo de constatação.....	256
3.12. Laudo de exame químico toxicológico .....	256
3.13. Competência da Justiça Estadual e da Justiça Federal.....	256
3.14. Apelo em liberdade .....	257
3.15. Destino da substância entorpecente apreendida .....	257
3.16. Medidas assecuratórias .....	258
3.17. Utilização dos bens apreendidos.....	258
3.18. Confisco .....	258
<b>17. Economia Popular – Lei n. 1.521/51 .....</b>	<b>260</b>
1. Crimes e contravenções contra a economia popular .....	260
2. Crimes em espécie .....	261
3. Crime de usura real ou pecuniária .....	266
4. Suspensão condicional da pena e livramento condicional.....	268
5. Interdição temporária de direitos e suspensão provisória .....	268
6. Recurso de ofício.....	268
7. Prova pericial .....	269
8. Procedimento .....	269
9. Júri de economia popular .....	270
<b>18. Estatuto do Índio – Lei n. 6.001/73 .....</b>	<b>272</b>
1. A situação jurídica do índio no Brasil .....	272
2. Das normas penais .....	272
3. Dos crimes contra os índios .....	273

19. Execução Penal – Lei n. 7.210/84 .....	275
1. Noções gerais sobre execução penal .....	275
1.1. Conceito de execução penal .....	275
1.2. Finalidade da Lei de Execução Penal quanto às penas e às medidas de segurança .....	275
1.3. Natureza jurídica da execução penal.....	275
1.4. Autonomia do Direito de Execução Penal ou Direito Penitenciário .....	276
1.5. Humanização da execução penal .....	276
1.6. Garantias processuais.....	277
1.7. A relação jurídica na execução penal .....	277
1.8. Competência .....	277
2. Princípios da execução penal .....	278
2.1. Princípio da legalidade.....	278
2.2. Princípio da isonomia .....	279
2.3. Princípio da personalização da pena .....	279
2.3.1. Classificação dos condenados e individualização da pena .....	279
2.3.2. Comissão técnica de classificação .....	279
2.4. Princípio da jurisdicionalidade .....	280
2.5. Princípio reeducativo .....	281
3. Direitos do condenado.....	281
3.1. Direito ao sigilo da correspondência .....	281
3.2. Direito a visita íntima .....	282
3.3. Direitos políticos .....	283
4. Deveres do condenado .....	283
4.1. Faltas disciplinares dos condenados.....	284
4.2. A posse de telefone celular.....	285
4.3. Regime Disciplinar Diferenciado .....	285
4.4. Apuração das faltas disciplinares e aplicação das sanções.....	286
5. Órgãos da execução penal .....	288
5.1. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária .....	288
5.2. Juízo da execução .....	288
5.2.1. Jurisdição .....	288
5.2.2. Juiz competente .....	289
5.2.3. Atribuições do juízo da execução .....	289
5.2.3.1. Aplicação da lei mais benigna .....	289

5.2.3.2. Declaração de extinção da punibilidade .....	290
5.2.3.3. Decisão sobre soma ou unificação de pena .....	290
5.2.3.4. Decisão sobre progressão ou regressão de regime .....	290
5.2.3.4.1. Progressão de regime .....	290
5.2.3.4.2. Regressão de regime .....	293
5.2.3.4.2.a. Regressão cautelar .....	293
5.2.3.4.3. Decisão sobre detração de pena .....	294
5.2.3.4.4. Decisão sobre remição de pena .....	294
5.2.3.4.5. Decisão sobre suspensão condicional da pena ..	295
5.2.3.4.6. Decisão sobre livramento condicional .....	296
5.2.3.4.7. Decisão sobre incidentes da execução .....	296
5.2.3.4.8. Autorização de saídas temporárias .....	297
5.2.3.4.9. Determinação da forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalização de sua execução.....	297
5.2.3.4.10. Determinação da conversão da pena restriti- va de direitos e de multa em privativa de liber- dade .....	299
5.2.3.4.11. Determinação da conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.....	299
5.2.3.4.12. Determinação da aplicação da medida de se- gurança, bem como da substituição da pena por medida de segurança .....	300
5.2.3.4.13. Determinação da revogação da medida de se- gurança e da desinternação e restabelecimen- to da situação anterior.....	300
5.2.3.4.14. Determinação do cumprimento de pena ou de medida de segurança em outra comarca .....	300
5.2.3.4.15. Determinação da remoção do condenado na hipótese prevista no § 1º do art. 86 da LEP...	300
5.2.3.4.16. Zelo pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança.....	301
5.2.3.4.17. Inspeção mensal dos estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcio- namento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade .....	301

5.2.3.4.18. Interdição, no todo ou em parte, de estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta Lei .....	301
5.2.3.4.19. Compor e instalar o Conselho da Comunidade .....	301
5.2.3.4.20. Emissão anual de atestado de pena a cumprir .....	302
5.3. Ministério Público .....	302
5.4. Conselho Penitenciário .....	302
5.5. Departamentos penitenciários .....	303
5.6. Patronato .....	303
5.7. Conselho da Comunidade .....	304
6. Estabelecimentos penais .....	304
6.1. Prisão especial .....	304
6.2. Penitenciária .....	306
6.3. Colônia agrícola, industrial ou similar .....	307
6.4. Casa do Albergado .....	308
6.5. Centro de Observação .....	309
6.6. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico .....	309
6.7. Cadeia pública .....	309
7. Execução das penas em espécie .....	310
7.1. Penas privativas de liberdade .....	310
7.1.2. Execução provisória .....	310
7.1.3. Superveniência de doença mental .....	311
7.1.4. Cumprimento e extinção da pena .....	311
7.1.5. Dos regimes .....	311
7.1.5.1. Regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade – fechado, semiaberto e aberto .....	311
7.1.6. Progressão de regime .....	312
7.1.6.1. Sistema progressivo de execução da pena privativa de liberdade .....	312
7.1.6.1.1. Requisito objetivo (temporal) .....	315
7.1.6.1.2. Requisito subjetivo (mérito) .....	316
7.1.6.1.3. Exame criminológico .....	317
7.1.6.1.4. Progressão por salto .....	317
7.1.6.1.5. Competência para decidir sobre a progressão .....	318
7.1.6.1.6. Falta grave e progressão de regime .....	318

7.1.6.1.7. Tempo máximo de cumprimento de pena privativa de liberdade e progressão de regime.....	319
7.1.6.1.8. Falta de vagas e progressão de regime .....	320
7.1.6.2. Progressão para o regime aberto .....	322
7.1.6.2.1. Prisão albergue domiciliar .....	323
7.1.7. Regressão de regime .....	324
7.1.7.1. Introdução.....	324
7.1.7.2. Causas da regressão .....	325
7.1.7.2.1. Prática de fato definido como crime doloso....	325
7.1.7.2.2. Prática de falta grave .....	325
7.1.7.2.3. Condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime .....	326
7.1.7.2.4. Frustrar os fins da execução.....	326
7.1.7.2.5. Não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta .....	326
7.1.8. Autorizações de saída .....	327
7.1.8.1. Generalidades.....	327
7.1.8.2. Permissão de saída .....	327
7.1.8.3. Saída temporária .....	327
7.1.8.3.1 Hipóteses autorizadoras e requisitos.....	327
7.1.8.3.2. Competência .....	328
7.1.8.3.3. Prazo .....	329
7.1.8.3.4. Revogação do benefício .....	329
7.1.8.3.5. Recuperação do direito .....	329
7.1.9. Remição.....	330
7.1.9.1. Noções gerais .....	330
7.1.9.2. Remição pelo estudo .....	330
7.1.9.3. Estabelecimento que não dispõe de condições para o trabalho .....	331
7.1.9.4. Perda dos dias remidos .....	331
7.1.10.Suspensão condicional da pena – <i>sursis</i> .....	331
7.1.10.1. Noções gerais .....	331
7.1.10.2. Conceito.....	332
7.1.10.3. Sistemas.....	332

7.1.10.4. Formas .....	332
7.1.10.5. Requisitos .....	332
7.1.10.6. Período de prova .....	333
7.1.10.7. Condições .....	333
7.1.10.8. Revogação do <i>sursis</i> .....	334
7.1.10.8.1. Cassação do <i>sursis</i> .....	334
7.1.10.8.2. Restabelecimento do <i>sursis</i> .....	334
7.1.10.9. Prorrogação do <i>sursis</i> .....	334
7.1.10.10. Execução do <i>sursis</i> .....	334
7.1.10.11. <i>Sursis</i> sem efeito ou ineficaz .....	335
7.1.10.12. Crime hediondo .....	335
7.1.11. Livramento condicional .....	335
7.1.11.1. Requisitos .....	335
7.1.11.2. Concessão .....	336
7.1.11.3. Condições .....	337
7.1.11.4. Revogação .....	337
7.1.11.5. Restauração do livramento .....	338
7.1.11.6. Prorrogação do livramento .....	338
7.1.11.7. Extinção do livramento .....	338
7.1.11.8. Juízo da execução .....	338
7.2. Penas restritivas de direitos .....	339
7.2.1. Introdução .....	339
7.2.2. Espécies .....	339
7.2.2.1. Prestação pecuniária .....	339
7.2.2.1.1. Prestação de outra natureza .....	339
7.2.2.2. Perda de bens ou valores .....	340
7.2.2.3. Prestação de serviços à comunidade .....	340
7.2.2.4. Interdição temporária de direitos .....	340
7.2.2.5. Limitação de fim de semana .....	341
7.2.2.6. Cabimento .....	341
7.3. Pena de multa .....	341
7.3.1. Conceito .....	341
7.3.2. Cominação e aplicação .....	342
7.3.3. Pagamento da multa .....	342



7.3.4. Execução da pena de multa .....	342
7.4. Medida de segurança .....	344
7.4.1. Conceito .....	344
7.4.2. Pressupostos de aplicação .....	345
7.4.3. Espécies .....	345
7.4.4. Prazo de duração .....	346
7.4.5. Medida de segurança substitutiva .....	346
7.4.6. Execução da medida de segurança .....	347
7.4.6.1. Ausência de vagas para internação .....	347
8. Incidentes da execução .....	347
8.1. Introdução .....	347
8.2. Conversões .....	347
8.2.1. Conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos.....	348
8.2.2. Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança....	348
8.2.3. Conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade.....	348
8.3. Excesso ou desvio.....	349
8.3.1. Excesso.....	349
8.3.2. Desvio .....	349
8.3.3. Competência para suscitar o incidente.....	349
8.4. Anistia e indulto .....	350
8.4.1. Anistia .....	350
8.4.1.1. Procedimento.....	350
8.4.2. Indulto .....	351
8.4.2.1. Indulto individual – procedimento.....	351
8.4.2.2. Indulto coletivo – procedimento .....	351
9. Recursos na execução penal .....	352
20. Forma e Apresentação dos Símbolos Nacionais – Lei n. 5.700/71 .....	353
1. Introdução .....	353
2. Da contravenção em espécie.....	353
21. Genocídio – Lei n. 2.889/56.....	355
1. Noções gerais sobre o genocídio.....	355
2. Crime de genocídio .....	356

22. Identificação Criminal – Lei n. 12.037/2009 .....	360
1. Identificação criminal.....	360
2. Análise das hipóteses legais .....	361
23. Idoso – Lei n. 10.741/2003 .....	366
1. Introdução .....	366
2. Dos crimes em espécie .....	368
2.1. Discriminação por motivo de idade .....	368
2.2. Omissão de socorro .....	369
2.3. Abandono de idoso .....	369
2.4. Maus-tratos a idoso.....	370
2.5. Outros crimes .....	371
2.5.1. Inciso I.....	371
2.5.2. Inciso II.....	371
2.5.3. Inciso III.....	371
2.5.4. Inciso IV.....	372
2.5.5. Inciso V .....	372
2.6. Desobediência .....	373
2.7. Apropriação indébita.....	373
2.8. Recusa de acolhimento ou permanência de idoso.....	374
2.9. Retenção indevida de cartão magnético ou outro documento .....	375
2.10. Veiculação de dados depreciativos do idoso.....	375
2.11. Induzimento de pessoa idosa a outorgar procuração .....	376
2.12. Coação do idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração.....	376
2.13. Lavratura de ato notarial sem representação legal do idoso.....	377
2.14. Impedimento ou embaraço a ato do representante do Ministério Público ..	377
3. Alterações introduzidas pelo Estatuto do Idoso no Código Penal e na legislação especial.....	378
24. Improbidade Administrativa – Lei n. 8.429/92 .....	380
1. Probidade administrativa.....	380
1.1. Fundamento constitucional da probidade administrativa .....	380
1.2. Finalidade dos princípios constitucionais .....	380
2. Administração Pública .....	380
2.1. Conceito de Administração Pública.....	380
2.2. Natureza da Administração Pública .....	380

2.3. Finalidade da Administração Pública.....	380
2.4. Princípios da Administração Pública.....	381
3. Improbidade administrativa.....	381
3.1. Conceito de patrimônio público .....	381
3.2. Definição .....	381
3.3. Lei de Improbidade Administrativa .....	381
3.4. Responsabilidade subjetiva do administrador público .....	381
3.5. Responsabilidade objetiva do administrador público .....	381
3.6. Características dos atos de improbidade administrativa .....	381
3.6.1. Natureza civil dos atos de improbidade administrativa.....	382
3.6.2. Responsabilidade civil e penal.....	382
3.6.3. Necessidade de tipificação em lei federal.....	382
3.7. Irretroatividade da lei de improbidade .....	382
3.8. Controle interno dos atos de improbidade .....	382
3.9. Controle legislativo dos atos de improbidade .....	382
3.10. Controle judicial dos atos de improbidade .....	382
3.11. Sujeito ativo da improbidade administrativa.....	382
3.12. Sujeito passivo da improbidade administrativa .....	383
3.13. Atos de improbidade em espécie .....	383
3.13.1. Atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito (art. 9º).....	383
3.13.2. Atos de improbidade que causam prejuízo ao erário (art. 10).....	384
3.13.3. Atos de improbidade que atentam contra os princípios da Adminis- tração Pública (art. 11) .....	385
3.14. Sanções por ato de improbidade administrativa.....	386
3.15. Forma e gradação das sanções.....	386
3.16. Aplicação das sanções.....	386
3.17. Representação administrativa .....	386
3.18. Representação ao Ministério Público .....	386
3.19. Instauração de procedimento administrativo .....	387
3.20. Medidas cautelares .....	387
3.21. Ação judicial por ato de improbidade.....	387
3.22. Transação, acordo ou conciliação .....	387
3.23. Intervenção do órgão público lesado .....	387
3.24. Atuação do Ministério Público como <i>custos legis</i> .....	387

3.25. Ação de improbidade e foro privilegiado .....	388
3.26. Destinação das verbas apuradas na ação .....	388
3.27. Prescrição .....	388
3.28. Imprescritibilidade.....	388
4. Aspectos criminais da improbidade administrativa .....	388
4.1. Ausência de tipicidade específica.....	388
4.2. Principais tipos legais do Código Penal em vigor, relativos à improbidade administrativa .....	390
4.2.1. Conceito de funcionário público para os efeitos penais .....	390
4.2.2. Funcionário público por equiparação .....	390
4.2.3. Casos de aumento de pena.....	391
4.2.4. Peculato .....	391
4.2.5. Emprego irregular de verbas ou rendas públicas .....	392
4.2.6. Concussão .....	393
4.2.7. Corrupção passiva.....	394
4.2.8. Prevaricação .....	395
4.2.9. Condescendência criminosa .....	395
25. Infrações Penais de Repercussão Interestadual ou Internacional – Lei n. 10.446/2002 .....	397
26. Interceptação de Comunicações Telefônicas – Lei n. 9.296/96 .....	399
27. Juizado Especial Criminal – Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001 .....	405
1. Previsão constitucional .....	405
2. Competência (em razão da matéria) .....	405
3. Princípios processuais .....	406
4. Concurso de crimes.....	406
5. Infrações tentadas e consumadas.....	407
6. Crime qualificado e causas de aumento de pena .....	407
7. Circunstâncias judiciais e agravantes .....	407
8. Crimes sujeitos a procedimento especial.....	407
9. Competência de foro .....	408
10. Citação .....	408
11. Citação por mandado.....	408
12. Citação por edital .....	408
13. Intimação .....	409
14. Necessidade de defensor.....	409

15. Lavratura do termo circunstanciado .....	409
16. Termo circunstanciado .....	410
17. Auto de prisão em flagrante .....	411
18. Violência doméstica .....	411
19. Adiamento da audiência preliminar .....	411
20. Ausência do autor do fato .....	411
21. Audiência preliminar .....	412
22. Título executivo .....	412
23. Representação verbal .....	412
24. Falta de representação .....	413
25. Arquivamento do termo circunstanciado .....	414
26. Transação .....	414
27. Ausência de proposta de transação pelo Ministério Público .....	414
28. Impossibilidade de proposta pelo juiz .....	415
29. Aplicação analógica do art. 28 do Código de Processo Penal .....	415
30. Aceitação da transação .....	415
31. Descumprimento da transação .....	415
32. Denúncia oral .....	416
33. Resposta prévia .....	417
34. Audiência de instrução e julgamento .....	417
35. Representação .....	417
36. Contravenção de vias de fato .....	418
37. Suspensão condicional do processo .....	418
38. Prazo e condições da suspensão .....	419
39. Iniciativa da proposta de suspensão condicional do processo .....	420
40. Aplicação analógica do art. 28 do Código de Processo Penal .....	420
41. Suspensão condicional na desclassificação e na procedência parcial .....	420
42. Revogação da suspensão .....	421
43. Extinção da punibilidade .....	421
44. Prescrição .....	421
28. Lavagem de Dinheiro – Lei n. 9.613/98 .....	422
1. Legislação .....	422
2. Objetivo da lei .....	422
3. Conceito de lavagem de dinheiro .....	423

4. Fases da lavagem de dinheiro .....	424
5. Técnicas de lavagem .....	424
6. Objetividade jurídica da Lei n. 9.613/98 .....	425
7. Crimes em espécie .....	425
8. Competência .....	426
8.1. Justiça Estadual .....	426
8.2. Justiça Federal .....	426
9. Questões processuais .....	426
9.1. Denúncia .....	427
9.2. Apreensão e sequestro dos bens .....	427
9.3. Prisão cautelar .....	428
9.4. Delação premiada .....	429
9.5. Suspensão do processo (art. 366 do CPP) .....	429
9.6. Aumento de pena .....	429
29. Lei das Contravenções Penais – Decreto-Lei n. 3.688/41 .....	430
30. Licitações – Lei n. 8.666/93 .....	483
1. Noções gerais .....	483
2. Dos crimes e das penas .....	484
31. Meio Ambiente – Lei n. 9.605/98 .....	494
1. Antecedentes da lei .....	494
2. Conceito de meio ambiente .....	494
3. Responsabilidade penal da pessoa física .....	494
4. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas .....	495
5. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas .....	496
6. Desconsideração da personalidade jurídica .....	496
7. Sanções aplicáveis às pessoas jurídicas .....	496
8. Liquidação forçada da pessoa jurídica .....	497
9. Aplicação da pena .....	497
10. Penas restritivas de direitos .....	497
11. Espécies de penas restritivas de direitos .....	497
12. Circunstâncias atenuantes e agravantes .....	497
13. Suspensão condicional da pena .....	498
14. Cálculo da multa .....	498
15. Ação penal .....	499

16. Competência.....	499
17. Transação .....	500
18. Suspensão condicional do processo .....	500
19. Crimes contra a fauna .....	501
20. Crimes contra a flora .....	503
21. Dos crimes de poluição e outros crimes ambientais .....	505
22. Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural .....	507
23. Dos crimes contra a administração ambiental .....	507
24. Infrações administrativas .....	508
<b>32. Ordem Tributária (Sonegação Fiscal) – Leis n. 8.137/90 e 4.729/65 .....</b>	<b>509</b>
Nota Introdutória .....	509
1. Sujeito ativo .....	509
2. Concurso de pessoas .....	510
3. Sujeito passivo dos crimes de sonegação fiscal.....	510
4. Sonegação fiscal.....	510
5. Objetividade jurídica .....	510
6. Objeto material.....	510
7. Condutas .....	510
8. Elemento subjetivo.....	510
9. Consumação.....	511
10. Tentativa .....	511
11. Competência e ação penal .....	511
12. Representação fiscal .....	511
13. Autonomia da instância penal e esgotamento da via administrativa.....	512
14. Extinção da punibilidade.....	514
15. Parcelamento do débito.....	514
16. Consequências penais do REFIS e do PAES.....	515
17. Impossibilidade de pagar o tributo .....	516
18. Delação premiada .....	517
19. Crimes em espécie .....	517
19.1. Supressão ou redução de tributo ou contribuição social ou qualquer acessório .....	517
19.2. Omissão de informação ou prestação de declaração falsa às autoridades fazendárias.....	518
19.3. Fraude à fiscalização tributária.....	518

19.4. Falsificação ou alteração de documento relativo a operação tributável .....	519
19.5. Elaboração, distribuição, fornecimento, emissão ou utilização de documento falso ou inexato .....	519
19.6. Negativa ou ausência de fornecimento de nota fiscal ou fornecimento em desacordo com a legislação .....	520
19.7. Falta de atendimento da exigência da autoridade .....	520
19.8. Declaração falsa ou omissão de declaração .....	521
19.9. Omissão no recolhimento de valor de tributo ou contribuição social.....	522
19.10. Exigência, pagamento ou recebimento de percentagem sobre a parcela de imposto ou contribuição .....	523
19.11. Omissão ou aplicação indevida de incentivo fiscal ou parcelas de imposto .....	524
19.12. Utilização ou divulgação indevida de programa de processamento de dados .....	524
<b>33. Parcelamento do Solo Urbano – Lei n. 6.799/79 .....</b>	<b>526</b>
1. Noções preliminares .....	526
2. Dos crimes em espécie .....	527
<b>34. Pessoas Portadoras de Deficiência – Lei n. 7.853/89 .....</b>	<b>532</b>
1. Noções gerais .....	532
2. Dos crimes e das penas .....	533
<b>35. Prisão Temporária – Lei n. 7.960/89 .....</b>	<b>537</b>
1. Noções gerais .....	537
2. Hipóteses legais.....	537
<b>36. Proibição de Exigência de Atestado de Gravidez e Esterilização – Lei n. 9.029/95 ...</b>	<b>542</b>
1. Noções gerais .....	542
2. Proibição de práticas discriminatórias .....	542
3. Crimes em espécie .....	543
4. Infrações administrativas .....	544
<b>37. Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas – Lei n. 11.254/2005 .....</b>	<b>546</b>
1. Noções gerais .....	546
2. Crime em espécie .....	547
<b>38. Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – Lei n. 9.807/99 .....</b>	<b>548</b>
<b>39. Proteção da Propriedade Intelectual de Programa de Computador – Lei n. 9.609/98 .....</b>	<b>556</b>
1. Conceito legal de programa de computador.....	556
2. Dos crimes e das penas .....	557



40. Relações de Consumo – Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor ....	561
1. Legislação.....	561
2. Noção .....	561
3. Sujeito ativo .....	561
4. Sujeito passivo dos crimes contra as relações de consumo .....	561
4.1. Sujeito passivo primário .....	561
4.2. Sujeito passivo secundário.....	562
5. Objeto jurídico .....	562
6. Conduta típica .....	562
7. Objeto material.....	562
8. Elemento subjetivo.....	562
9. Natureza jurídica dos crimes contra a relação de consumo .....	562
10. Crimes contra as relações de consumo na legislação penal .....	563
10.1. Crimes no próprio Código Penal.....	563
11. Crimes contra a ordem econômica, tributária e relações de consumo (Lei n. 8.137/90) .....	563
12. Crimes contra a relação de consumo no Código de Defesa do Consumidor.....	563
13. Substância avariada (art. 62) .....	564
14. Omissão de dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos (art. 63) .....	565
15. Omissão na comunicação de nocividade ou periculosidade de produtos (art. 64) .....	566
16. Execução de serviço de alto grau de periculosidade (art. 65) .....	566
17. Propaganda enganosa (art. 66).....	567
18. Publicidade enganosa (art. 67).....	568
19. Publicidade capaz de induzir o consumidor (art. 68) .....	568
20. Omissão na organização de dados que dão base à publicidade (art. 69).....	569
21. Emprego de peças ou componentes de reposição usados (art. 70) .....	569
22. Cobrança vexatória (art. 71) .....	570
23. Impedimento de acesso às informações do consumidor (art. 72).....	570
24. Omissão na correção de informações inexatas (art. 73).....	571
25. Omissão na entrega de termo de garantia (art. 74) .....	571
26. Concurso de pessoas (art. 75) .....	572
27. Circunstâncias agravantes (art. 76).....	572
28. Pena de multa (art. 77).....	573
29. Penas restritivas de direitos (art. 78) .....	573

30. Fiança (art. 79) .....	573
31. Outras disposições processuais (art. 80) .....	574
32. Juizado Especial Criminal .....	574
41. Remoção de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano – Lei n. 9.434/97 .....	575
1. Introdução .....	575
2. Dos crimes e das penas .....	576
42. Responsabilidade Criminal por Atos Relacionados com Atividades Nucleares – Lei n. 6.453/77 .....	583
1. Noções gerais .....	583
2. Dos crimes em espécie .....	583
43. Sistema Financeiro Nacional – Lei n. 7.492/86 .....	591
1. Conceito de instituição financeira para efeitos penais .....	591
2. Crimes em espécie .....	591
2.1. Impressão ou publicação não autorizadas .....	591
2.1.1. Material de propaganda .....	592
2.2. Divulgação falsa ou incompleta de informação .....	592
2.3. Gestão fraudulenta ou temerária .....	593
2.4. Apropriação indébita e desvio de recursos .....	593
2.4.1. Figura equiparada .....	594
2.5. Sonegação de informação .....	594
2.6. Emissão, oferecimento ou negociação irregular de títulos ou valores mobiliários .....	595
2.7. Exigência de remuneração acima da legalmente permitida .....	595
2.8. Fraude à fiscalização ou ao investidor .....	596
2.9. Documentos contábeis falsos ou incompletos .....	597
2.10. Contabilidade paralela .....	597
2.11. Omissão de informações .....	598
2.12. Desvio de bem indisponível .....	598
2.13. Apresentação de declaração ou reclamação falsa .....	599
2.14. Manifestação falsa .....	600
2.15. Operação desautorizada de instituição financeira .....	600
2.16. Empréstimo a administradores ou parentes e distribuição disfarçada de lucros ..	601
2.17. Violação de sigilo bancário .....	602
2.18. Obtenção fraudulenta de financiamento .....	602

2.19. Aplicação irregular de financiamento .....	603
2.20. Falsa identidade .....	603
2.21. Evasão de divisas .....	604
2.22. Prevaricação financeira .....	605
3. Responsabilidade penal .....	605
3.1. Sujeito ativo .....	605
3.2. Delação premiada .....	607
4. Ação penal .....	608
5. Comunicação da existência de crime .....	608
6. Sigilo bancário e Ministério Público .....	608
7. Prisão preventiva .....	609
8. Fiança e apelo em liberdade .....	609
9. Pena de multa .....	609
<b>44. Tortura – Lei n. 9.455/97 .....</b>	<b>610</b>
1. Noções gerais .....	610
2. Análise do tipo penal .....	610
3. Crimes em espécie .....	611
4. Crime de tortura impróprio .....	612
5. Tortura qualificada pelo resultado .....	612
6. Causas de aumento de pena .....	613
7. Efeito automático da condenação .....	613
8. Fiança, graça e anistia .....	614
9. Regime inicial fechado .....	614
10. Extraterritorialidade .....	615
<b>45. Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Lei n. 11.340/2006 .....</b>	<b>616</b>
1. Antecedentes da “Lei Maria da Penha” .....	616
2. Constituição Federal e proteção dos vulneráveis .....	616
3. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher .....	617
4. Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher .....	618
5. Da violência doméstica e familiar contra a mulher .....	620
6. Formas de manifestação da violência doméstica e familiar contra a mulher .....	621
7. Sujeito ativo da violência doméstica e familiar .....	622
8. Sujeito passivo da violência doméstica e familiar .....	622

9. Medidas integradas de proteção .....	622
10. Medidas administrativas gerais reagentes .....	623
11. Medidas de natureza policial .....	624
12. Medidas de natureza judicial .....	625
13. Medidas protetivas de urgência à ofendida.....	626
14. Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	626
15. Violência doméstica e familiar contra a mulher e a Lei n. 9.099/95 .....	627
16. Ação penal.....	628
17. Prisão preventiva do agressor .....	629
18. Vedação de pena de cestas básicas e outras .....	629
19. Atuação do Ministério Público.....	629
20. Alterações no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei de Execução Penal.....	630
20.1. Alterações no Código Penal .....	630
20.2. Alterações no Código de Processo Penal.....	630
20.3. Alterações na Lei de Execução Penal .....	631
21. Assistência judiciária à mulher em situação de violência doméstica e familiar ....	631